

# **Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico PLANSAB**

**Audiência Pública – Câmara dos Deputados**

**Brasília, 18 de maio de 2011**

# PLANSAB: capítulos

- I. Introdução
- II. Bases legais
- III. Princípios Fundamentais
- IV. Análise situacional
- V. Cenários para a Política de Saneamento Básico em 2030
- VI. Metas de curto, médio e longo prazos
- VII. Necessidades de investimentos
- VIII. Macrodiretrizes e estratégias
- IX. Programas
- X. Monitoramento, avaliação sistemática e revisão

# Princípios Fundamentais

1. Universalização do acesso
2. Equidade
3. Integralidade
4. Intersetorialidade
5. Sustentabilidade dos serviços
6. Participação e controle social
7. Matriz tecnológica

## Índices de atendimento com os serviços, valores de 2008

Região	Água				Esgotos			
	Abastecimento				Coleta			Tratamento
	Total	Urbano	Rural	Intermitência	Total	Urbano	Rural	
	(% de domic.)	(% do coletado)						
Norte	75	87	37	29	52	59	26	62
Nordeste	82	94	50	63	53	67	14	66
Sudeste	97	98	87	18	87	92	38	46
Sul	97	98	89	7	77	83	44	59
Centro-Oeste	95	96	86	46	45	49	9	90
<b>Brasil</b>	<b>91</b>	<b>97</b>	<b>62</b>	<b>31</b>	<b>70</b>	<b>79</b>	<b>24</b>	<b>53</b>

Região	Resíduos sólidos		Presença lixão	Águas pluviais Existência de inundações
	Coleta			
	Urbano	Rural	(% municípios)	(% de municípios)
	(% de domic.)	(% de domic.)		
Norte	91	21	86	33
Nordeste	81	17	89	36
Sudeste	94	46	19	51
Sul	95	46	16	43
Centro-Oeste	94	21	73	26
<b>Brasil</b>	<b>91</b>	<b>29</b>	<b>51</b>	<b>41</b>

Fontes: Censo demográfico (IBGE, 2000), PNAD 2001 a 2008, Sisagua (MS, 2007), PNSB (IBGE, 2008)

## Atendimento e Déficit segundo conceitos propostos pelo Plansab, valores de 2008

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DÉFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	118.616	62,4	62.699	33,0	8.638	4,5
Esgotamento sanitário	88.930	46,8	83.797	44,1	17.226	9,1
Manejo de resíduos sólidos	113.166	59,6	51.903	27,3	24.883	13,1

Fontes: Censo demográfico (IBGE, 2000), PNAD 2001 a 2008, Sisagua (MS, 2007), PNSB (IBGE, 2008).

# Análise situacional Investimentos

Valores em R\$ milhões, dez/2009

<b>Investimentos no período 2003 a 2009</b>			
	<b>Não Onerosos</b>	<b>Onerosos</b>	<b>Total</b>
Comprometidos	25.014	21.161	<b>46.175</b>
Desembolsados	13.390	9.742	<b>23.132</b>

Valores em R\$ milhões, dez/2010

<b>Investimentos do PAC 1</b>			
<b>Onerosos + não onerosos</b>	<b>Contratados</b>	<b>Em contratação</b>	<b>Total</b>
Ministério das Cidades	35.345	308	<b>35.653</b>
Funasa	3.760	214	<b>3.974</b>
<b>Total</b>	<b>39.105</b>	<b>522</b>	<b>39.627</b>

Valores em R\$ milhões, dez/2010

<b>Investimentos do PAC 2</b>			
	<b>Contratados</b>	<b>Em contratação</b>	<b>Total</b>
Onerosos + não onerosos	-	-	<b>45.100</b>

# Análise situacional

## Programas e ações

<b>ÓRGÃO GESTOR</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Ministério das Cidades (MCidades)	9	9	8	7	7	6
Ministério da Integração Nacional (MI)	6	7	7	6	6	6
Ministério da Saúde (MS)	4	5	5	5	5	4
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	5	5	4	3	3	2
Ministério da Defesa (MD)	1	1	1	1	2	2
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	1	1	1	1	1	1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF)	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>22</b>

Fonte: SIGA Brasil, Senado Federal, 2010.

# Cenários plausíveis Condicionantes e hipóteses

CONDICIONANTES	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
POLÍTICA MACROECONÔMICA	Bevado crescimento em relação à dívida/PIB	Política macroeconômica orientada para o controle da inflação	---
PAPEL DO ESTADO (Modelo de Desenvolvimento) / MARCO REGULATÓRIO / RELAÇÃO INTERFEDERATIVA	Estado provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos	Redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais e fraca cooperação entre os entes federativos	Estado mínimo com mudanças nas regras regulatórias e conflitos na relação interfederativa
GESTÃO, GERENCIAMENTO, ESTABILIDADE E CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS / PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Avanços na capacidade de gestão com continuidade entre mandatos	Políticas de estado contínuas e estáveis	Prevalência de políticas de governo
INVESTIMENTOS NO SETOR	Crescimento do patamar dos investimentos públicos submetidos ao controle social	Atual patamar de investimentos públicos distribuídos parcialmente com critérios de planejamento	Diminuição do atual patamar de investimentos públicos aplicados sem critérios
MATRIZ TECNOLÓGICA / DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis	Adoção de tecnologias sustentáveis de forma dispersa	Soluções não compatíveis com as demandas e com as tendências internacionais
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>



# Metas – Esgotamento sanitário

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
E1. % de domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários <sup>(1)</sup>	2008	70	52	53	87	77	45
	2015	75	59	60	89	81	58
	2020	80	66	67	91	86	65
	2030	88	80	80	95	95	80
E2. % de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários <sup>(1)</sup>	2008	79	59	67	92	83	49
	2015	82	66	70	92	86	62
	2020	85	73	75	93	90	69
	2030	91	85	85	95	97	83
E3. % de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários <sup>(1)</sup>	2008	24	26	14	38	44	9
	2015	37	31	29	54	49	27
	2020	45	38	37	64	56	36
	2030	62	50	55	85	70	55
E4. % de tratamento de esgoto coletado	2008	53	62	66	46	59	90
	2015	62	69	72	56	67	91
	2020	70	76	78	65	74	92
	2030	88	90	90	85	90	95
E5. % de domicílios urbanos e rurais com renda até três salários mínimos mensais que possuem unidades hidrossanitárias <sup>(1)</sup>	2008	95	90	87	98	98	97
	2015	95	92	88	99	98	97
	2020	97	95	93	99	99	98
	2030	100	100	100	100	100	100
E6. % de serviços de esgotamento sanitário que cobram tarifa	2008	49	48	31	53	51	86
	2015	63	61	45	68	66	86
	2020	70	67	55	75	74	89
	2030	85	80	75	90	90	95

# Metas

## Resíduos sólidos

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
R1. % de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos <sup>(1) (2)</sup>	2008	91	91	81	94	95	94
	2015	94	92	86	97	98	95
	2020	96	95	91	100	100	97
	2030	100	100	100	100	100	100
R2. % de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos <sup>(1)</sup>	2008	29	21	17	46	46	21
	2015	39	29	30	57	55	36
	2020	48	36	38	67	66	45
	2030	64	50	55	85	85	65
R3. % de municípios com presença de lixão/vazadouro de resíduos sólidos	2008	51	86	89	19	16	73
	2015	0	0	0	0	0	0
	2020	0	0	0	0	0	0
	2030	0	0	0	0	0	0
R4. % de municípios com coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares	2008	18	5	4	24	38	7
	2015	24	10	12	30	43	13
	2020	30	13	16	37	49	17
	2030	40	20	25	50	60	25
R5. % de municípios que cobram taxa de lixo	2008	11	8	5	15	15	12
	2015	35	26	23	44	48	29
	2020	47	35	31	58	61	39
	2030	72	55	50	90	90	60

# Metas

## Águas Pluviais & Gestão

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
<b>D1.</b> % de municípios com inundações e/ou alagamentos ocorridos na área urbana, nos últimos cinco anos	2008	41	33	36	51	43	26
	2015	--	--	--	--	--	--
	2020	--	--	--	--	--	--
	2030	11	6	5	15	17	5
<b>G1.</b> % de municípios com órgão de planejamento para as ações e serviços de saneamento básico	2015	30	20	20	40	40	20
	2020	50	40	40	60	60	50
	2030	70	60	60	80	80	60
<b>G2.</b> % de municípios com Plano de Saneamento Básico ou Ambiental	2015	50	40	40	60	60	40
	2020	70	60	60	80	80	60
	2030	90	80	80	100	100	80
<b>G3.</b> % de municípios com serviços públicos de saneamento básico fiscalizados e regulados	2015	30	20	20	40	40	20
	2020	50	40	40	60	60	50
	2030	70	60	60	80	80	60
<b>G4.</b> % de municípios com instância de controle social das ações e serviços de saneamento básico (Conselho de Saneamento ou outro)	2015	50	40	40	60	60	40
	2020	70	60	60	80	80	60
	2030	90	80	80	100	100	80

# Metas por Estado

REGIAO	UF	A1				E1				R1			
		2008	2015	2020	2030	2008	2015	2020	2030	2008	2015	2020	2030
N	RO	76	81	89	100	27	59	69	85	90	92	96	100
	AC	81	82	85	90	39	62	68	75	94	95	96	100
	AM	75	76	80	85	42	69	76	85	93	94	96	100
	RR	88	89	92	95	43	72	79	90	95	97	98	100
	PA	73	75	81	90	26	55	63	80	92	93	95	100
	AP	84	85	89	95	--	50	55	70	80	85	93	100
	TO	82	85	89	95	21	51	59	70	80	85	92	100
NE	MA	71	75	80	90	30	53	62	80	73	78	86	100
	PI	78	81	86	95	29	56	66	85	76	82	88	100
	CE	83	84	89	97	37	58	66	80	79	85	90	100
	RN	90	91	94	100	31	54	61	75	88	93	95	100
	PB	81	82	85	90	46	60	66	75	93	94	96	100
	PE	83	84	86	90	45	64	69	80	84	89	93	100
	AL	77	82	86	95	20	51	60	80	73	87	91	100
	SE	84	86	89	95	37	60	67	80	89	93	95	100
	BA	85	88	92	100	51	65	71	80	75	84	89	100
SE	MG	96	97	98	99	77	82	83	85	92	96	100	100
	ES	97	98	100	100	67	78	82	90	87	94	100	100
	RJ	95	97	100	100	77	86	89	95	92	95	100	100
	SP	98	99	100	100	88	95	97	100	95	99	100	100
S	PR	98	99	100	100	59	84	88	95	97	99	100	100
	SC	95	97	100	100	49	80	85	95	96	98	100	100
	RS	95	97	98	99	45	79	84	95	92	97	100	100
CO	MS	96	97	98	99	--	45	55	73	97	98	99	100
	MT	95	96	97	100	25	50	60	73	96	97	98	100
	GO	95	96	98	100	--	55	60	78	93	95	97	100
	DF	95	97	98	99	87	90	95	100	80	92	94	100

# Metas

## Regiões hidrográficas

Região Hidrográfica	A1				E1				R1			
	2008	2015	2020	2030	2008	2015	2020	2030	2008	2015	2020	2030
AMAZÔNICA	81	83	87	92	34	63	70	83	91	93	96	100
TOCANTINS-ARAGUAIA	84	87	90	96	31	55	63	76	88	90	94	100
ATLANTICO NE OCIDENTAL	71	75	80	90	33	49	56	70	74	78	86	100
PARNAÍBA	78	79	84	92	28	47	53	66	81	83	89	100
ATLANTICO NE ORIENTAL	83	86	89	95	38	57	64	77	86	90	94	100
SÃO FRANCISCO	88	90	92	97	58	71	76	85	84	90	94	100
ATLANTICO LESTE	86	88	91	97	53	69	76	90	84	89	93	100
ATLANTICO SUDESTE	96	98	99	100	73	82	84	89	91	95	100	100
PARANÁ	97	98	99	100	70	83	87	94	93	96	98	100
ATLANTICO SUL	96	97	99	100	38	68	74	84	96	98	100	100
URUGUAI	97	97	99	100	47	80	85	94	95	98	100	100
PARAGUAI	96	96	98	100	28	51	59	73	97	98	99	100

# Necessidade de Investimentos, Brasil

Valores em R\$ bilhões, dez/2009

<b>Abastecimento de água</b>	<b>105,10</b>
<b>Esgotamento Sanitário</b>	<b>157,60</b>
<b>Resíduos Sólidos Urbanos</b>	<b>16,50</b>
<b>Águas Pluviais Urbanas</b>	<b>55,10</b>
<b>Subtotal</b>	<b>334,30</b>
<b>Expansão</b>	<b>245,06</b>
<b>Reposição</b>	<b>89,25</b>
<b>Urbano</b>	<b>324,65</b>
<b>Rural</b>	<b>9,65</b>
<b>Estrutural</b>	<b>247,75</b>
<b>Estruturante</b>	<b>86,55</b>
<b>Sub total</b>	<b>334,30</b>
<b>Gestão</b>	<b>86,50</b>
<b>Total</b>	<b>420,80</b>
<b>Agentes Federais</b>	<b>253,30</b>
<b>Não Federais</b>	<b>167,50</b>
<b>Total</b>	<b>420,80</b>

# Macrodiretrizes e Estratégias

39 macrodiretrizes e 133 estratégias distribuídas em 5 blocos:

1. Ações de coordenação e planejamento no setor e articulações intersetoriais e interinstitucionais para efetiva implementação da Política de Saneamento
2. Prestação, regulação e fiscalização dos serviços, de forma participativa e integrada
3. Desenvolvimento tecnológico e ações de saneamento básico em áreas especiais
4. Investimento público e cobrança dos serviços de saneamento básico
5. Monitoramento e avaliação sistemática do Plano

# Programa 1 – Saneamento Básico Integrado

<b>CONCEPÇÃO</b>	Investimento em ações estruturais abrangendo, preferencialmente, mais de um componente do saneamento básico
<b>OBJETIVO</b>	Financiar medidas estruturais para cobrir o déficit em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	✓ Titulares ou prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário
	✓ Municípios e estados no caso de manejo de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de intervenções de drenagem urbana e manejo de águas pluviais
<b>ORÇAMENTO</b>	R\$ 177 bilhões
<b>AÇÕES</b>	Possíveis ações em:
	✓ Áreas metropolitanas; municípios de médio ou pequeno porte
	✓ Favelas e ocupações espontâneas; áreas de risco e sujeitas a inundações; áreas indutoras do desenvolvimento turístico; bacias hidrográficas críticas
<b>CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO</b>	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico e instâncias de controle social para fiscalização do recurso público
	✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão ou prestação dos serviços
	✓ Iniciativas que contemplem a integralidade dos componentes do saneamento
	✓ Coordenação única das intervenções solicitadas
	✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água
	✓ Projetos de medidas estruturais articulado com estruturantes
✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental	

## Programa 2 – Saneamento Rural

<b>CONCEPÇÃO</b>	Atendimento da população rural, povos indígenas e comunidades tradicionais, no conjunto das necessidades dos componentes do saneamento básico, integrados com o Programa Territórios da Cidadania
<b>OBJETIVO</b>	Financiar medidas para abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e educação
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	✓ Administrações municipais
	✓ Consórcios ou prestadores de serviços públicos
	✓ Instâncias de gestão para o saneamento rural como cooperativas e
<b>ORÇAMENTO</b>	R\$ 14 bilhões (recursos não-onerosos)
<b>AÇÕES</b>	Possíveis ações para:
	✓ População rural
	✓ Povos indígenas
	✓ Quilombolas
	✓ Reservas extrativistas
<b>CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO</b>	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico e instâncias de controle social para fiscalização do recurso público
	✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão e prestação dos serviços
	✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água
	✓ Projetos de medidas estruturais articulado com estruturantes
	✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental

## Programa 3 – Saneamento Estruturante

<b>CONCEPÇÃO</b>	Apoio à gestão dos serviços com vistas à sustentabilidade para o adequado atendimento populacional e com o olhar para o território
<b>OBJETIVO</b>	Financiar medidas estruturantes com vistas à melhoria da gestão e prestação de serviços e de forma a qualificar os investimentos em medidas estruturais
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	✓ Titulares, consórcios e outras modalidades de gestão
	✓ Prestadores públicos
	✓ Gestores
	✓ Entidades de ensino e pesquisa
<b>ORÇAMENTO</b>	R\$ 62 bilhões (principalmente com recursos não-onerosos)
<b>AÇÕES</b>	✓ Ações estruturantes de apoio à gestão
	✓ Ações estruturantes de apoio à prestação de serviços
	✓ Ações estruturantes de capacitação e assistência técnica
	✓ Desenvolvimento científico e tecnológico
<b>CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO</b>	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico e instâncias de controle social para fiscalização do recurso público
	✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão e prestação dos serviços
	✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água
	✓ Cumprimento de metas locais e regionais
	✓ Atendimento de metas de desempenho operacional
	✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental

# Monitoramento e avaliação do Plansab

## Cinco dimensões:

- **1ª. Cenários** (1 – o escolhido; e 2 e 3 para comparação)
- **2ª. Metas** (evolução baseada nos indicadores do Plano)
- **3ª. Indicadores auxiliares** (recursos hídricos, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano)
- **4ª. Macrodiretrizes e estratégias** (observância para a efetiva implementação)
- **5ª. Programas** (resultados, público alvo, beneficiários, controle e participação social)

# PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PLANSAB

***OBRIGADO!!!!!!***